



ARRIGHI, Giovanni.

**Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.**

São Paulo: Boitempo, 2010.  
428 p.



WEBER, Isabella.

**Como a China escapou da terapia de choque.**

São Paulo: Boitempo, 2023.  
475 p.

## Estado, economia e desenvolvimento na China

State, economy and development in China

sérgio R. R. castilho\*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.013>

**A**s convergências e temáticas comuns entre a última obra de Giovanni Arrighi e o livro de Isabella Weber acerca das reformas econômicas na China entre 1978 e 1988 — bem como a importância do país no panorama atual — são suficientes para justificar uma apresentação e problematização conjuntas. A ausência de informações e análises equilibradas acerca da China no Brasil atual, num momento em que o país asiático consolida seu papel como a segunda potência econômica mundial, reforça essa justificativa.

Antes de entrarmos nas obras, uma breve informação acerca dos autores ajudará o leitor e a leitora a apreender melhor suas contribuições.

Arrighi é com certeza muito mais conhecido. Italiano, nascido em 1937 e morto em 2009, formado em Economia, teve vasta experiência acadêmica na própria Itália, um curto período de pesquisas na África e, por último, ensinou e pesquisou nos EUA, onde ganhou proeminência. Escreveu uma obra extensa e influente, na qual resistiu à tendência, dominante entre os colegas de sua geração, para as pequenas narrativas e a construção de modelos formais inócuos, que não dialogam com as ciências sociais e a história (Fiori, 2009). Seu livro *O longo século XX* se tornou um dos mais importantes dos últimos 30 anos na perspectiva de uma análise do sistema-mundo. Nele, Arrighi sustenta que, desde quando o capital e o Estado-nação passaram a coexistir, ao final do medievo europeu, o capitalismo teria passado por quatro ciclos sistêmicos de acumulação de capital, cada um deles organizado, estimulado e regulado pela hegemonia de um Estado diferente: sucessivamente, Gênova, Países Baixos, Reino Unido e, finalmente, EUA. Cada um desses ciclos passou por um processo de crescimento e auge — caracterizado pela capacidade de criar riquezas —, seguido por um processo de decadência e queda — caracterizado pela financeirização da vida econômica (Arrighi, 1996). Desde a publicação desse livro, a obra de Arrighi se dedicou a analisar as implicações da decadência dos EUA como potência hegemônica mundial a partir de meados da década de 70 do século passado. *Adam Smith em Pequim*, lançado originalmente em 2007, é um desdobramento dessa dedicação.

Isabella Weber é uma jovem economista alemã, em ascensão no cenário intelectual e acadêmico atual. Ela fez sua graduação na Universidade Livre de Berlim e, posteriormente, estudou na Universidade de Pequim. Obteve um doutorado em Economia pela New School for Social Research (Nova York) e outro em Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Seu livro *Como a China escapou da terapia de choque* recebeu, em 2019, os prêmios Joan Robinson, da European Association for Evolutionary Political Economy, e *Warren Samuels for Interdisciplinary Research in History of Economic Thought and Methodology*. Em 2021 escreveu um pequeno artigo para o jornal inglês *The Guardian* que causou furor nos meios acadêmicos. Nele a economista teve a audácia de advogar o controle de preços essenciais na Europa e nos EUA após a pandemia de covid-19 (Weber, 2021), tema amadurecido na pesquisa que deu origem ao livro do qual trataremos.

Os dois autores concordam acerca da importância de uma perspectiva analítica que leve em consideração o longo prazo para se entender a China contemporânea, assim como têm uma compreensão comum acerca de como as relações econômicas são entranhadas na história e na sociedade. Se Weber (2023, p. 41-73) assume essa perspectiva com uma radicalidade tal que a leva a retornar às práticas sistematizadas no *Guanzi* (conjunto de preceitos sobre a vida econômica escrito majoritariamente na forma de diálogos entre o duque Huan, do estado de Qi, e seu conselheiro, Guan Zhong, entre o século VIII a.C. e a primeira metade do século VII a.C.), Arrighi (2010, p. 328-336) não deixa por menos e retorna aos fundamentos de uma economia de mercado que se desenvolveu de forma distinta do capitalismo europeu desde o período Ming (1368-1644), mas que teve seus fundamentos estabelecidos desde pelo menos o período da dinastia Song do Sul (1127-1276).

É mergulhando na longa história chinesa e apreendendo, por um lado, as seculares formas de relação entre os poderes de Estado e as populações, e, por outro, as formas de comércio, a criação de mercado e a evolução dos contatos com o Ocidente no território que veio

Reprodução Youtube



Os economistas  
Giovanni Arrighi (1937-  
2009), italiano,  
e Isabella Weber  
(1987), alemã

a se tornar a China contemporânea, que ambos os autores constroem a substância de seus argumentos. Weber sustenta que a China escapou da terapia de choque proposta pelo Consenso de Washington<sup>1</sup> porque adotou, ao longo de sua história, modos de governança caracterizados pelo processualismo e pela prática de controle de preços, uma prática essencial para a manutenção da estabilidade do poder político, tanto na China imperial quanto na China socialista de Mao e na China socialista de mercado de Xi Jinping. Arrighi argumenta — a partir de uma leitura bastante inovadora de Adam Smith — que o desenvolvimento econômico chinês está ancorado na prática de uma economia de mercado distinta da economia da sociedade capitalista, movimento que também revela a inspiração braudeliana de sua empreitada.

A leitura que Arrighi faz de Adam Smith, especialmente de *A riqueza das nações* (1776) no capítulo 2, serve de ancoragem teórica para a compreensão do desenvolvimento econômico e social da China que o autor tem, o que torna necessário nos determos um pouco naquela interpretação.

Embora bastante surpreendente para o público que se informa exclusivamente através dos meios de comunicação a distância dominantes (seja o jornalismo comercial, sejam as mal denominadas “redes sociais”) ou através das lentes da economia neoclássica e sua ortodoxia em torno da “mão invisível do mercado”, Arrighi não é original nessa leitura, como ele mesmo reconhece, apoiando-se em autores que escreveram sobre Smith a partir do final dos anos 70 do século passado.

De acordo com essa instigante leitura, Smith não sustentava em sua obra uma crença dogmática nos benefícios do governo minimalista e do mercado autorregulado ou a crença no poder curativo das “terapias de choque” defendidas pelo Consenso de Washington. Ao

<sup>1</sup> O Consenso de Washington é um conjunto de medidas econômicas que foi formulado em 1989 nos EUA por FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro americano. Ele receitava, de forma geral, restrições fiscais sobre o Estado e privatização das empresas. “Terapia de choque” foi como ficou conhecido o receituário prescrito pelo Consenso de Washington. A terapia de choque propugnava uma liberação única e horizontal sobre a estrutura de preços, assim como a privatização dos setores econômicos. Ela foi adotada pela antiga União Soviética e por vários dos seus satélites econômicos quando a experiência socialista foi abandonada.

contrário, supunha a existência de um Estado forte que criaria e reproduziria as condições de existência do mercado, usando este como instrumento eficaz de governo e regulamentando seu funcionamento. Embora fosse favorável à liberalização do comércio, argumentava contra mudanças abruptas, em especial aquelas relativas a setores que empregavam muita mão de obra ou produziam bem essenciais (Arrighi, 2010, p. 57-59).

Encontramos também em Smith uma avaliação crítica e ponderada do lugar da China na civilização mundial. Como mostra o autor, Smith ficou num meio termo entre as condenações de Montesquieu, Diderot e Rousseau (que deram origem à famosa noção de Marx de um “modo de produção asiático”) e a admiração da ala sinófila do Iluminismo europeu — Leibniz, Voltaire e Quesnay (Arrighi, 2010, p. 71). Smith reconheceu que já naquele momento — coincidente com a publicação de *A riqueza das nações* — a China era mais rica e opulenta que a Europa, e que o caminho para essa maturidade econômica era o “curso natural das coisas” ou “progresso natural da opulência”, no qual “a maior parte do capital [...] é, em primeiro lugar, dirigido para a agricultura, depois para a manufatura e por último para o comércio exterior” (Arrighi, 2010, p. 70).

É a partir dessa leitura que Arrighi constrói toda a sua interpretação do lugar da China na civilização mundial. Isso porque ele parte dela para construir o contraste com o modo de desenvolvimento capitalista que caracteriza a Europa, baseado na “acumulação ‘interminável’ de capital e poder” (Arrighi, 2010, p. 81-106). O modo capitalista de desenvolvimento, seguido pela Europa e teorizado por Marx e Schumpeter, tem efeitos disruptivos fortemente negativos, e teria se apoiado num caminho não natural, no qual o comércio exterior colonizou a manufatura e a agricultura. Existiriam, segundo o autor, dois tipos diferentes de desenvolvimento econômico baseado no mercado. Vale a pena a transcrição, dada a centralidade da construção:

Um tipo ocorre dentro de dado arcabouço social; aproveita o potencial oculto de crescimento econômico desse arcabouço, mas não altera de modo fundamental o arcabouço propriamente dito. [...] Aqui as mudanças nascem de processos e ações de natureza não econômica, e não dentro do processo de crescimento econômico. Esse tipo de desenvolvimento corresponde em geral, mas de modo algum exatamente, às noções de crescimento smithiano, revolução industriosa e desenvolvimento não capitalista baseado no mercado [...]. Já o segundo tipo de desenvolvimento econômico baseado no mercado tende a destruir o arcabouço social dentro do qual ocorre e a criar condições (não necessariamente concretizadas) para o surgimento de novos arcabouços sociais com potencial de crescimento diferente. Nesse caso, as mudanças nascidas de processos e ações de natureza não econômica são secundárias ou subordinadas às mudanças nascidas dentro do processo econômico. Esse tipo de desenvolvimento, que chamaremos de schumpeteriano ou marxiano dependendo do contexto, corresponde também em geral, mas de modo algum exatamente, às noções de Revolução Industrial e desenvolvimento capitalista baseado no mercado (Arrighi, 2010, p. 56).

Após assentar suas bases teóricas caracterizando esses dois modos de desenvolvimento na primeira parte do livro (capítulos 1, 2 e 3), o autor faz um percurso histórico que é também geopolítico. Quer dizer, além de tratar das questões próprias ao desenvolvimento chinês, Arrighi está preocupado com as implicações políticas da ascensão econômica chinesa na ordem mundial.

*Adam Smith em Pequim* sinaliza a existência de um desenvolvimento econômico moderno alternativo ao capitalista, que encontramos na China pelo menos desde o século XIV e que daria fundamento e substância à forma específica pela qual vem se construindo o socialismo de mercado desde as reformas de 1978

Na segunda e terceira partes — “Rastreamento da turbulência global” e “A hegemonia desvendada”, respectivamente —, ele segue o percurso dos EUA e da Europa, desde a crise a partir de meados da década de 1970, que sucedeu o boom das décadas de 1950 e 1960, até o lugar do Estado americano na ordem mundial no final do século XX — este último teria passado de uma situação na qual garantia uma “proteção legítima” (quer dizer, justificada em função do “perigo comunista” pós-II Guerra Mundial) para o “golpe da proteção”, quando passou a abrir mão da ONU para agir.

Na quarta parte (“Linhagens da nova era asiática”), o italiano trata tanto das questões geopolíticas derivadas da ascensão chinesa quanto das questões econômicas e sociais derivadas do desenvolvimento chinês e da estrutura de Estados da Ásia Oriental, que se manteve até a primeira metade do século XIX e que agora, no início do século XXI, se reorganiza. O capítulo 10 (“O desafio da ‘ascensão pacífica’”) faz um apanhado sintético das principais teorias que os conservadores estadunidenses apresentam para lidar com a nova situação mundial. Três seriam essas teorias: as da Guerra Fria, da cooptação e do *tertius gardens*<sup>2</sup>.

A teoria da Guerra Fria, evidentemente, aposta numa reedição do conflito dos EUA com a União Soviética. Na versão de Robert Kaplan, um dos mais proeminentes dentre seus propositores, a contenção se daria a partir de um tipo de aliança militar com centro no Pacífico a partir das ilhas do Havaí, espalhando-se na forma de raios que chegariam a aliados importantes como o Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Singapura, Austrália, Nova Zelândia e Índia. A teoria da cooptação, tal como sustentada por Henry Kissinger, pretende garantir uma acomodação pacífica com a China em ascensão e, embora seja mais realista do ponto de vista histórico, conta com pouca possibilidade de sucesso no eleitorado dos EUA. A teoria do *tertius gardens*, desenvolvida principalmente por James Pinkerton, pretende jogar as potências asiáticas em ascensão umas contra outras, a começar, claro, pela China.

Os capítulos 11 (“Estados, mercados e capitalismo no Oriente e no Ocidente”) e 12 (“Origem e dinâmica da ascensão chinesa”) fazem um longo percurso pela história chinesa, desde o período Song do Sul (1127-1276) até o início do século XX, passando pelo Século da Humilhação (século XIX) e a ascensão americana e japonesa no século XX. Essa parte é um

<sup>2</sup> A expressão tem origem no ditado latino “*Inter duo litigantes, tertius gardens*”, ou seja: Enquanto dois brigam, um terceiro tira proveito.

dos pontos altos do livro, um material muito rico para os pesquisadores acerca da China e do Leste Asiático, abrindo novas fontes de estudo e pesquisa, na medida em que permite um descentramento do Ocidente e a abertura de uma perspectiva mundial. Vejamos, apenas a título de ilustração, como o autor aborda os Estados-nação, um elemento central para todas as ciências sociais ocidentais:

Um dos grandes mitos da ciência social ocidental é o de que os Estados nacionais e sua organização num sistema interestatal são invenções europeias. Na verdade, com exceção de alguns Estados que foram criação de potências coloniais europeias (principalmente Indonésia, Malásia e Filipinas), os países mais importantes da Ásia Oriental — de Japão, Coreia e China a Vietnã, Laos, Tailândia e Camboja — eram Estados nacionais muito antes de todos os seus equivalentes europeus. Mais ainda, diretamente ou através do centro chinês, todos estavam ligados entre si por relações comerciais e diplomáticas e assim eram mantidos pelo entendimento conjunto dos princípios, das normas e das regras que regulamentavam a interação mútua, como num mundo entre outros mundos. A exemplo do que mostraram os estudiosos japoneses especializados na reconstrução do sistema comercial-tributário centrado na China, esse sistema apresentava semelhanças suficientes com o sistema interestatal europeu para que a comparação entre os dois fosse importante em termos analíticos (Arrighi, 2010, p. 321-322).

Retornando à distinção entre os dois tipos de desenvolvimento — o desenvolvimento capitalista industrial e o desenvolvimento não capitalista de mercado —, podemos perceber então que ela é o pano de fundo da sugestiva metáfora que dá título ao livro. *Adam Smith em Pequim* sinaliza a existência de um desenvolvimento econômico moderno alternativo ao capitalista, que encontramos na China pelo menos desde o século XIV e que daria fundamento e substância à forma específica pela qual vem se construindo o socialismo de mercado desde as reformas de 1978. Tal hipótese de forma nenhuma diminui a importância da experiência e da orientação marxista assumida desde 1949 com a revolução comunista, mas a submete a uma perspectiva histórica mais ampla.

Assim é que, quase ao fim de sua análise da ascensão chinesa recente, pós-reformas de Deng Xiaoping, o autor faz duas afirmações significativas na direção de sua hipótese geral. A primeira é que a China de Mao, “em contraste gritante com a União Soviética de Stálin”, teria procurado a modernização não através da destruição, mas da elevação econômica e educacional do campesinato. A segunda é que a modernização chinesa teria se baseado não apenas na internalização da Revolução Industrial ocidental, mas também na retomada de características da Revolução Industrial nativa, de base rural (Arrighi, 2010, p. 379).

Isabella Weber tem uma temática mais restrita do que aquela relativa ao desenvolvimento em geral, mas também opera em profícuo diálogo com a história e as ciências sociais. O objetivo da autora é analisar a luta intelectual entre aqueles economistas reformadores que seguiam a lógica da terapia de choque e aqueles que defendiam o gradualismo experimental da primeira década das reformas iniciadas por Deng Xiaoping (1978-1988) (Weber, 2023, p. 32). Uma enorme vantagem da autora, em virtude do domínio do mandarim, foi o acesso direto a fontes e interlocutores chineses, muitos deles envolvidos nos debates e decisões de então. Ela pôde, assim, mergulhar com densidade na historicidade da sociedade chinesa e nas particularidades das teorias autóctones, mas pondo-as em diálogo com a herança ocidental que carrega em sua formação e, portanto, universalizando-as.

Reprodução: <https://www.soundofhope.org/>

*Dezoito estudiosos*, de um artista da dinastia Song, obra sob custódia do Museu do Palácio Nacional (Taipei, Taiwan)

Essa densidade permitiu a Weber escapar da superficialidade com que aquele debate foi encarado pela opinião pública e mesmo pela opinião acadêmica desinformada no Ocidente, como um debate entre “conservadores” e “reformadores” ao estilo ocidental. Resgatando cuidadosamente aquele debate através de documentos e textos diversos e historicizando-o, Weber pôde demonstrar que o que estava em questão na década de 1980 não era reformar ou não, mas *como reformar*: destruindo o velho sistema ou construindo o novo sistema a partir do velho. Para usar a metáfora que a autora utiliza algumas vezes, “enquanto a terapia de choque propunha derrubar toda a casa e construir uma nova, a reforma chinesa procedia como em um jogo de jenga: foram removidos apenas aqueles blocos que podiam ser rearranjados sem comprometer a estabilidade” (Weber, 2023, p. 31).

Na primeira parte do livro, Weber trata do que ela chama de “modos de criação de mercado e regulação de preços”. Resgata as discussões em torno do *Guanzi* no capítulo 1, a experiência histórica da regulação de

preços nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial no capítulo 2 e as políticas do governo Mao que permitiram o controle da inflação e a estabilização dos preços no capítulo 3.

A leitura do *Guanzi* serviu como lente para uma perspectiva que reconhece uma consciência de mercado distinta e de longa data entre as autoridades imperiais chinesas, bem como teorias autóctones de comercialização por intermédio do Estado. O envolvimento com as concepções tradicionais de preços e mercados foi muito importante para a autora, uma vez que permitiu a ela entender que os debates da reforma de mercado na China nos anos 1980 não eram apenas influência ocidental, mas uma disputa complexa entre concepções alternativas de mercados e preços. A China conta com uma longa tradição no estudo das questões econômicas, que na tradição nativa era chamado de “estudo de como tornar o país rico”. A arte de governar era chamada de “estadismo”, mas, segundo nossa autora, pode ser mais bem traduzida por “ordenar o mundo”. Essas tradições sustentariam que a interação entre agentes privados e agentes burocráticos criam conjuntamente o mercado e a economia. Isso seria muito distinto da tradição da moderna economia ocidental que insiste na distinção entre o Estado e o mercado como entidades separadas (Weber, 2023, p. 41-44).

O preço das mercadorias era fixado por um funcionário do governo, chamado de mestre dos preços. Na tradição chinesa, o “correto manejo” dos preços pelo Estado teve posição de destaque. A concepção econômica do *Guanzi* foi desenvolvida para fortalecer o Estado e o Exército, enriquecendo o país através do enriquecimento de seu povo para depois governá-lo. Todos os fenômenos econômicos devem ser entendidos relacionalmente, a partir da distinção de valor entre o “leve” e o “pesado”. *Qing* significa “leve” e, por extensão, “sem importância”, “sem consequência” ou “barato”. *Zhong* significa “pesado” e, por extensão, “importante”, “sério” ou “caro”. Juntos, os dois elementos de composição da palavra geralmente querem dizer “peso”. Vejamos como a autora retrata essa classificação (Weber, 2023, p. 47-48):

As mercadorias pesadas são consideradas essenciais para a produção ou o bem-estar humano, e as mercadorias leves são vistas como não essenciais. Mas qual mercadoria exatamente é definida como pesada ou leve está sujeito a mudanças constantes e reflete as estações do ano, as práticas de produção e a dinâmica do mercado, entre outros fatores. A tarefa da política econômica é pesar e equilibrar, usar o que é considerado pesado para compensar o que é leve. Ou, nas palavras do *Guanzi*, “usar o que é ‘pesado’ para atirar no que é leve, usar o barato para nivelar o caro, essas são as grandes vantagens que podem ser extraídas da doutrina do leve-pesado”.

O princípio geral no *Guanzi* é o ativismo estatal, embora esse ator possa assumir uma enorme quantidade de papéis e funções diversas de acordo com a situação histórica concreta. No caso de algumas mercadorias pesadas essenciais, tais como o ferro e o sal, o Estado deveria ter o protagonismo na sua gestão e comercialização. Sua essência se condensaria na estratégia de sopesar e equilibrar as forças econômicas (Weber, 2023, p. 48; 56).

O capítulo 2 trata da experiência do controle de preços nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial. Nele a economista alemã mostrou que, mesmo contrariamente à recomendação dos economistas neoliberais, o governo estadunidense não só manteve o controle sobre preços essenciais durante a guerra mas sobre vários preços também depois dela, até a década de 1970, quando o forte ativismo de nomes como Milton Friedman (1912-2006), Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich Hayek (1899-1992) consolidou a visão de que qualquer forma de controle direto de preços levaria ao planejamento central e, portanto, ao fim da liberdade.

O capítulo 3 começa com a notável observação histórica de que, em claro contraste com a afirmação dos economistas neoliberais de que o controle de preços levaria ao totalitarismo, duas das mudanças políticas mais fundamentais do século XX — a ascensão do fascismo alemão e a vitória dos comunistas chineses — se tornaram possíveis por conta da perda de controle sobre o sistema de preços e moeda, culminando em hiperinflação. Ficamos sabendo então da enorme importância que os ciclos de estabilidade monetária tiveram para a manutenção da estabilidade dos ciclos dinásticos imperiais. Importantes e diversos estudos chineses sobre o processo que culminou com a Revolução Comunista de 1949 argumentam que a inflação foi uma das principais causas da queda do governo nacionalista e da ascensão do comunismo. Consciente de tal importância, o então principal líder comunista chinês em assuntos econômicos, Chen Yun, destacou em relatório de 1951 que a estabilização do valor do dinheiro fora sua maior conquista (Weber, 2023, p. 113-115).

Esse capítulo tem grande importância também porque nele a autora demonstrou que muitas discussões e práticas de controle de preços, renovadas a partir do final da década de

Os dois modelos de desenvolvimento moderno que conhecemos — o capitalismo industrial e o socialismo — são ocidentais e, portanto, incapazes de compreender o socialismo tal como ele se desenvolve na Ásia Oriental. Weber evidencia não só as particularidades da história econômica chinesa como sugere que nela encontramos um forte pragmatismo, capaz de questionar qualquer modelo econômico acabado

1970 na China, têm a ver com a experiência de controlar a hiperinflação e reconstruir a economia nacional que tinha sido destruída pela invasão estrangeira seguida dos conflitos internos.

A segunda parte (“Debate da reforma de mercado na China”) é a que lida substancialmente com as discussões acerca da reforma de mercado.

No capítulo 4 (“O ponto de partida: controle de preços na economia maoista e a necessidade de reforma”), são abordadas as características do controle de preços na era maoista. Num primeiro momento, o controle de preços e da hiperinflação, aliado à reconstrução dos mercados e da economia, garantiu uma estabilidade impressionante dos preços, bem como uma grande hegemonia do Partido Comunista Chinês sobre a sociedade como um todo. Isso não impediu, entretanto, a Grande Fome, entre 1959 e 1961, resultante tanto das políticas inadequadas por parte do governo quanto dos desastres naturais. Mas não existia uma fórmula específica, muito menos única, para o controle de preços. Eles eram ajustados caso a caso, por observações empíricas, e orientados para a estabilidade geral. A ênfase era nos preços urbanos baixos e estáveis para matérias-primas essenciais e bens de consumo, o que envolvia subsídios e racionamento. Já os preços dos itens não essenciais eram adaptados de forma flexível e muitas vezes mantidos artificialmente altos para manter os fluxos de caixa. Como nota a economista alemã, a economia de Mao dependia muito mais de comandos do que da participação do Estado no mercado, em nítido contraste com o *Guanzi* e as práticas imperiais de regulação de preços (Weber, 2023, p. 140; 155).

O impressionante aqui é exatamente que, apesar das oscilações radicais da política do governo durante a era Mao (o Grande Salto Adiante, 1958-1960, a Revolução Cultural, 1966-1976), a estabilidade dos preços tenha se mantido. Mas isso se deveu, segundo a autora, à manutenção de claros limites ao padrão de vida dos camponeses: o controle da inflação em uma economia agrária pobre, visando ao rápido crescimento econômico e à industrialização, suprimiu as necessidades de consumo daqueles (Weber, 2023, p. 141; 149).

Do capítulo 5 ao 8, Weber acompanha as diversas nuances do debate acerca das reformas econômicas. O debate envolveu uma série de posições e perspectivas intelectuais. Os chineses recorreram não apenas às tradições endógenas, mas também aos conselhos de economistas e especialistas de diversos lugares e filiações, em especial do Leste Europeu, envolvidos nas reformas de seus próprios países no contexto da crise que levaria ao fim do socialismo soviético, integrantes do Banco Mundial, estadunidenses como Milton Friedman e até mesmo latino-americanos — entre esses últimos os “Chicago boys” da ditadura chilena e Delfim Netto, ex-ministro da última ditadura militar brasileira (1964-1985). Estes dois últimos atores foram consultados porque os chineses acreditavam no sucesso da modernização latino-americana do pós-guerra. O crescimento da inflação e o aumento das desigualdades naquela experiência, no entanto, estabeleceram limites claros ao aprendizado.

Um amplo espectro de escolas econômicas e perspectivas ideológicas foi consultado, portanto. O que estava em jogo, afinal, não era pouco. Olhando retrospectivamente, se retomarmos a comparação com a União Soviética, fica claro que os líderes chineses fizeram a aposta correta, enquanto os soviéticos perderam sua capacidade de renovação e embarcaram na promessa da terapia de choque proposta pelo Consenso de Washington. A União Soviética amargou inflação alta e estrangulamento da produção, e a China alcançou o resultado inverso. Vejamos como a autora sintetizou o caminho seguido (Weber, 2023, p. 28):

A China adotou uma abordagem experimentalista, a qual usou as realidades institucionais dadas para construir um novo sistema econômico. O Estado recriou gradualmente os mercados a partir das margens do antigo sistema [...] [A]s reformas na China foram graduais — não apenas em termos de ritmo, mas também de movimento a partir das margens do antigo sistema industrial em direção ao seu núcleo. [...] A manifestação mais proeminente da abordagem da China é o sistema de preços de via de mão dupla, que é o oposto da terapia de choque. Em vez de liberar todos os preços em um grande *big bang*, o Estado continuou a planejar o núcleo industrial da economia e a fixar os preços dos bens essenciais, enquanto os preços dos produtos excedentes e dos bens não essenciais eram sucessivamente liberados. Como resultado, os preços começaram a ser gradualmente determinados pelo mercado. O sistema de via de mão dupla não é simplesmente uma política de preços, mas também um processo de criação e regulação do mercado por meio da participação do Estado.

Ao final, impressiona a capacidade que a liderança chinesa teve de conjugar abordagens teóricas com as questões práticas. O final da década de 1970 e toda a década de 1980 foram momentos atribulados na histórica chinesa. O país tinha acabado de reestabelecer relações diplomáticas com os EUA, e a intensificação de contatos com o Ocidente levou a uma grande movimentação social em torno de mudanças. Mais uma vez, a imprensa ocidental, desconhecendo as razões mais profundas que estavam em jogo, entendeu os movimentos que culminaram no conflito da praça Celestial como movimentos “em prol da liberdade” ao estilo ocidental. Weber demonstra, no entanto, que existiu uma notável sobreposição entre a ascensão dos movimentos de protesto e o crescimento da inflação resultante dos experimentos de liberação de preços. A partir de 1988, Deng Xiaoping insistiu que a reforma dos preços era a questão mais urgente e precisava ser acelerada, afastando a solução gradualista de Zhao Ziyang. Finalmente, em agosto, a decisão de acabar com o sistema de preços de via de mão dupla e liberar os principais preços industriais e dos bens de consumo quebrou a



Pessoas jogando jenga, cujo objetivo é remover blocos de madeira de uma pequena torre sem deixá-la ruir

confiança do povo na estabilidade da economia. Deng optou então por reafirmar o poder do Partido Comunista Chinês, ao mesmo tempo que interrompeu a política de liberação de preços (Weber, 2023, p. 353-354; 360-372).

Uma última questão, muito importante, deve ser abordada. Em pelo menos um momento além da conclusão (Weber, 2023, p. 110-111; 382-383), Weber retoma uma linha de argumentação que encontra nas ortodoxias das perspectivas ideológicas em economia — sejam elas a mão invisível do mercado ou o puro planejamento — modelos fechados à vida prática e suas peculiaridades. Dessa forma, ambas as perspectivas ortodoxas representam toda a economia em um modelo acabado, que deve se comportar como a teoria espera. Seriam, nas palavras da autora, “tipos ideais”. Na vida prática, a economia é mais do que isso, como demonstram a experiência dos EUA de controle de preços durante a Segunda Guerra Mundial e a da reforma de mercado na China depois de 1978. Essa argumentação é muito profícua para lidar com contextos históricos concretos, e deve ser mais bem desenvolvida futuramente.

Os dois livros, lidos conjuntamente, servem como uma excelente introdução à história chinesa, seus dilemas e potencialidades atuais. Arrighi sustenta que a história da China tem de ser levada mais a sério para que possamos travar os debates acerca do que ela é hoje. Os dois modelos de desenvolvimento moderno que conhecemos — o capitalismo industrial e o socialismo — são ocidentais e, portanto, incapazes de compreender o socialismo tal como ele se desenvolve na Ásia Oriental. Weber evidencia não só as particularidades da história econômica chinesa como sugere que nela encontramos um forte pragmatismo, capaz de questionar qualquer modelo econômico acabado.

\* Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor associado IV do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

► Texto recebido em 10 de junho de 2024; aprovado em 25 de julho de 2024.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O longo século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

FIORI, José Luís. Giovanni Arrighi. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, 27 out. 2009. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/9/40/giovanni-arrighi>>. Acesso em: 21 maio 2024.

WEBER, Isabella. **Como a China escapou da terapia de choque**. São Paulo: Boitempo, 2023.

\_\_\_\_\_. Could strategic price controls help fight inflation?. **The Guardian**, London, December 29, 2021. Disponível em: <[www.theguardian.com/business/commentisfree/2021/dec/29/inflation-price-controls-time-we-use-it](http://www.theguardian.com/business/commentisfree/2021/dec/29/inflation-price-controls-time-we-use-it)>. Acesso em: 18 maio 2024.